Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Melhorias Tecnológicas e Ambientais – Carteira de Gasolina da Refinaria Presidente Bernardes-RPBC", de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás-UN-RPBC, realizada na cidade de Cubatão, em 13 de setembro de 2005.

Realizou-se, no dia 13 de setembro de 2005, às 17h00, no Bloco Cultural da Prefeitura Municipal de Cubatão, na Praça dos Emancipadores, s/n^{o}, Centro-Cubatão-SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Melhorias Tecnológicas e Ambientais – Carteira de Gasolina da Refinaria Presidente Bernardes-RPBC", de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás-UN-RPBC. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido para participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Melhorias Tecnológicas e Ambientais – Carteira de Gasolina da Refinaria Presidente Bernardes-RPBC" -, aos representantes do Poder Executivo - o Vice-Prefeito do Município de Cubatão, Raimundo Valter Pinheiro Lima, o Secretário de Indústria, Comércio, Porto e Desenvolvimento do Município de Cubatão, Ricardo Felipe Lascane, e ao Secretário de Meio Ambiente do Município de Cubatão, Eduardo Silveira Belo -, aos representantes do Poder Legislativo, de órgãos públicos, de entidades civis e ambientais. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Pedro Stech. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental, aquele cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre um projeto específico que será apresentado, contribuições essas que serão juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01, para a condução de audiências públicas, e esclareceu que, após o término dessa audiência, quem, eventualmente, pretendesse ainda contribuir, tinha o prazo de até cinco (5) dias úteis para fazê-lo, a partir da data desta audiência, e que essas contribuições seriam juntadas ao processo e analisadas pelos órgãos competentes do licenciamento ambiental. Depois de o Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, Pedro Stech, informar em que fase do processo de licenciamento ambiental o empreendimento se encontrava e de tecer comentários sobre a importância da participação das comunidades nas audiências públicas, o Secretário-Executivo passou a palavra ao representante do empreendedor, Luiz Alberto Verri, que informou ser de médio porte a refinaria da Petrobrás instalada em Cubatão e inaugurada em 1955, cuja área possuía 6,7 km, parte da qual localizada no P.E. da Serra do Mar, e, portanto, possuindo restrições por força de legislação ambiental, que a capacidade de refino era estimada em 170 mil barris de gasolina automotiva e podium, coque de petróleo e alguns produtos químicos como o hexano, a nafta e alguns aromáticos, principalmente o óleo diesel com baixo teor de enxofre, e que a produção atual atendia o mercado interno - principalmente Baixada Santista e a Grande São Paulo - e o externo por meio de cabotagem que se dirigia, principalmente, para as regiões Sul e Nordeste do País. Comentou também que o principal objetivo desse projeto era atender às especificações da gasolina previstas para 2009, estabelecidas de acordo com os padrões determinados pela Resolução Conama 315/2002, que exige queda do teor de enxofre desse combustível; que, paralelamente às suas atividades produtivas, a Petrobrás desenvolvia projetos sociais e ambientais, entre os quais o Centro

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

de Pesquisas do Meio Ambiental, instalado na confluência das Rodovias Piaçagüera-Guarujá e Anchieta, centro este que desenvolveria tecnologias avançadas de produção e de controle ambiental através de convênio com a USP, e aquele projeto desenvolvido em parceria com a comunidade; que esse empreendimento era composto de duas unidades, uma das quais realizava a hidrodessulforização da nafta craqueada e uma outra fazia o hidrotratamento da nafta de coque. Informou, por último, que o investimento nesse projeto seria da ordem de 660 milhões de reais, que o início de seu processo de implantação estava previsto para meados de 2006 e sua conclusão para o início de 2008. Eduardo Antônio Lico, vinculado à Fundespa-Fundação Estudos e Pesquisas Aquáticas, empresa que elaborou os estudos ambientais, ofereceu informações sobre a Carteira de Gasolina, que, segundo ele, consistia em um conjunto de novas unidades de processamento, estudadas e desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade desse combustível, sem que isso acarretasse aumento de sua produção ou geração de novos subprodutos, mas tão-somente a dessulforização da gasolina, que, passando a possuir teor de enxofre mais baixo, concorreria para a redução da emissão de poluentes na atmosfera e atenderia a três demandas básicas: 1) a primeira, a ambiental, em decorrência da diminuição do teor de enxofre; 2) a segunda, a de mercado, em decorrência da adequação da qualidade da gasolina nacional às especificações internacionais; 3) e a terceira, a legal, na medida em que atenderia às especificações previstas pela Resolução Conama 315/2002. Em seguida, ofereceu esclarecimentos sobre: a) as alternativas locacionais analisadas - inclusive a alternativa zero que implicava a não-implementação desse empreendimento, o que acarretaria a manutenção das elevadas taxas de enxofre na gasolina e a conseqüente manutenção dos níveis e da qualidade das emissões provenientes de veículos automotivos e, portanto, das atuais condições da qualidade do ar; b) a continuidade da exportação de gasolina com elevado teor de enxofre e, portanto, com sua manutenção em patamares mais baixos do que o daquelas produzidas por outros Países; c) o diagnóstico ambiental, que contemplou análise dos meios físico e biótico; d) as áreas de influência direta e indireta; e) a sócio-economia, os aspectos históricos, o uso e a ocupação do solo e o patrimônio arqueológico; f) as análises de risco; g) o estudo epidemiológico e de riscos tecnológicos; h) o balanço das emissões e da dispersão atmosférica; i) a identificação dos impactos negativos que seriam provocados nas fases de implantação e operação do empreendimento; j) os impactos positivos que seriam provocados na economia local e nas condições de saúde da população; l) os programas de comunicação social, de contratação e desmobilização de mão-de-obra, de controle ambiental das obras, da poluição do solo, da água, do ar, dos processos erosivos e de assoreamento, da saúde e da segurança dos trabalhadores, programas estes que se integrariam aos programas já desenvolvidos pela RPBC, e que, em relação à compensação ambiental, se atenderia o disposto pela Lei Federal nº 9985, que estipula a aplicação do percentual mínimo de 0,5% do custo total do empreendimento em unidade de conservação, quer seja, em sua regulamentação fundiária, na aquisição de bens ou serviços necessários à sua gestão, ao seu monitoramento e à sua proteção. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil**.** Marcos Aurélio Teixeira, representante do Conselho Administrativo da entidade Ama Paulínia, comentou que, embora não morasse em Cubatão, manifestava sua preocupação com a proposta de implementação de empreendimento similar ao do Município de Paulínia, o que o levava a questionar os impactos sócio-econômicos e ambientais que seriam produzidos em decorrência da não-contratação de mão-de-obra local, o que poderá provocar aumento da população, maior demanda dos equipamentos de saúde pública e de moradia, com a ocupação de áreas legalmente protegidas, e que, por todos estes motivos, perguntava como seriam minimizados esses impactos. Depois de Antônio Clementino, representante da Associação dos Usuários do

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Transporte Coletivo da Baixada Santista, solicitar informações sobre a forma como seria feita a compensação social, Luiz Carlos Andrade, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Cubatão, declarou que a entidade que representava concordava com implantação do projeto, desde que adotados os procedimentos e cumpridas as disposições legais, e que, além disso, reivindicava às indústrias e, particularmente, ao responsável pelo projeto, que construíssem escolas técnicas no Município com a finalidade de qualificar a mão-de-obra local. Depois de Osvaldo Avelino dos Santos protestar contra a utilização, pela Petrobrás, de mão-de-obra oriunda de outros Municípios, e de Antônio Campos de Souza, representante do Caminho dos Pilões, manifestar-se favoravelmente à implantação desse empreendimento, Manoel Francisco da Silva, representante da Associação de Melhoramentos do Bairro Mantiqueira, protestou contra a alegação feita de que a mão-de-obra do Município não era especializada. Sebastião Ribeiro Zumbi, representante da Sociedade de Melhoramentos Jardim Ilhabela, depois de informar que se orgulhava muito de trabalhar na Petrobrás, declarou-se favorável à implantação desse projeto, cuja principal finalidade seria melhorar a qualidade ambiental do Município, como aconteceu com a implementação, em parceria com a comunidade, do programa "Cubatão de Bem com o Mangue", e que, embora reconhecesse não estar preparado para trabalhar nesse projeto, procuraria capacitar-se. Zulma dos Santos, representante da Associação Teto e Chão da Baixada Santista e Cubatão, depois de informar ter sido esse projeto apresentado à comunidade e por ela analisado – tendo sido feitas mais de vinte apresentações -, comentou que a Petrobrás demonstrava interesse e boa-vontade em resolver todos os problemas, e que era contrária à política do "não". Depois de Josiane de Oliveira Pinto, representante da Sociedade de Melhoramentos da Vila Elisabeth, declarar que tinha orgulho de ter nascido em Cubatão e de testemunhar a melhoria ambiental que esse Município obteve, teceu comentários sobre os ganhos que seriam obtidos com a implantação desse projeto, entre os quais aqueles advindos da construção do Centro de Capacitação e Pesquisa em Meio Ambiente e do Centro Cultural do Meio Ambiente. Carlos Antônio de Araújo, representante da Associação Beneficente dos Portadores de Material Reciclado da Baixada Santista, ratificou os pontos de vista expostos pela manifestante que o antecedeu. Agenor Antonio de Camargo, representante da Sociedade de Melhoramentos da Cota-200, declarou que considerava um grande avanço a discussão de projetos como esse com a comunidade e o fato de esse projeto ter cumprido também essa finalidade pedagógica, e que, depois de se conseguir trazer esse empreendimento para o Município, a turma do "não" tentava prejudicar. José Severino da Silva, representante da Associação Comunitária Nova Esperança, depois de criticar aquelas pessoas que tentavam desqualificar o Município de Cubatão, comentou que os projetos que vinham sendo implantados pelas empresas Petrobrás, Cosipa, Terracom e Bunge eram amplamente discutidos com a comunidade, e que esse empreendimento era mais um que a comunidade defendia, e que os moradores de Cubatão precisavam escutar e ensinar aos jovens. Averaldo Menezes Almeida, representante do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, comentou que esse sindicato defendia a implantação do projeto em discussão, uma vez que seu funcionamento, além de concorrer para a despoluição ambiental do Município, criaria postos de trabalho que seriam ocupados por cerca de 3 mil empregados, fato este extremamente importante para Cubatão, e que acreditava que o Poder Público deveria intervir com o objetivo de impedir fossem contratados trabalhadores de fora, mas, sim, a mão-de-obra existente no Município e na região. Fábio Dib, representante do Consema e da seção-OAB de Cubatão, comentou que uma de suas preocupações em relação a esse projeto dizia respeito à geração de empregos, pois, embora houvesse sido afirmado que, no momento de pico, o empreendimento geraria cerca de 3 mil e 200 postos de trabalho, nada garantia que seria utilizada

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

mão-de-obra local, o que tornava necessário a criação de mecanismo que garantisse sua contratação, e que a Petrobrás havia demonstrado interesse em dialogar sobre essa questão. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em nome próprio. Wbiratan Ribeiro Maia comentou que o empreendimento foi exaustivamente discutido com toda a sociedade de Cubatão, tendo-se concluído que ele traria melhorias significativas, como a diminuição das emissões de enxofre e a conseqüente melhoria da qualidade do ar da região, e que era preciso que o Poder Público local, juntamente com o Pólo Industrial e a Associação Comercial, promovesse a capacitação da mão-de-obra local. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Ricardo Felipe Lascane, Secretário da Indústria, Comércio, Porto e Desenvolvimento do Município de Cubatão, comentou que as pessoas vindas de outras cidades poderiam estranhar o apoio que esse projeto tinha obtido de toda a sociedade de Cubatão, mas que tal fato se devia, por um lado, ao constante diálogo das indústrias com o Poder Público local, inclusive com a implementação de um painel consultivo, e, por outro lado, à possibilidade de ser utilizada na implementação desse projeto a mão-de-obra local, o que tornava imprescindível sua qualificação, e que, nesse aspecto, a conduta da refinaria deveria servir de exemplo para as indústrias locais, que deveriam investir mais na qualificação de sua mão-de-obra. Clermonte Silveira Castor, Prefeito do Município de Cubatão, depois de parabenizar à direção da Petrobrás pelo projeto, principalmente em virtude da importância que seu funcionamento exerceria no combate à poluição, lembrou que no passado Cubatão era uma das cidades mais poluídas do Mundo, quadro esse que se tinha revertido totalmente em conseqüência da adoção de programas de controle de fontes de poluição e, também, dos gigantescos investimentos que as indústrias fizeram com a finalidade de recuperar a região do ponto de vista ambiental, investimentos estes que possibilitaram o retorno, ao seu antigo *habitat* em Cubatão, de espécies ameaçadas de extinção, entre as quais o guará-vermelho e os peixes ao Rio Cubatão, condição esta para a qual contribui efetivamente o Poder Público com sua efetiva participação nesse processo de recuperação ambiental.. Passou-se à etapa das réplicas. Depois de Luiz Alberto Verri, representante da RPBC, agradecer o apoio da comunidade ao projeto, Eduardo Antonio Licco, responsável pelos estudos ambientais, informou que estaria à disposição de todo aquele que desejasse ainda obter algum tipo de esclarecimento. O Secretário-Executivo do Consema agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Prof. José Goldemberg, a presença de todos e declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência pública previstas pela Deliberação Consema 34/2001. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

ARP/PS

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br